



Desenho e Cidade

O “PROTÓTIPO HIS SERGIPE”: A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO DE SERGIPE

THE “PROTOTYPE HIS SERGIPE”: THE IMPORTANCE OF SERGIPE’S URBAN ENVIRONMENTAL HERITAGE DOCUMENTATION

Pedro Murilo Gonçalves de Freitas¹
Anna Luiza Gusmão Silva²
Maria Clara Haywanon Santos Araújo³

Resumo: Este trabalho apresenta os motivos que orientaram a preparação de um sistema de documentação de edifícios, espaços e ambientes urbanos denominado “Protótipo HIS Sergipe”. Por meio da descrição do projeto, de caráter extensionista e realizado por alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFS, apresentam-se os seus resultados preliminares e futuros desdobramentos sobre o tema da gestão do patrimônio ambiental urbano.

Palavras-chave: Patrimônio ambiental urbano. Documentação arquitetônica. Inventário de bens culturais. Sergipe.

Abstract: This paper presents the reasons that guided the elaboration of a documentation system for buildings, spaces and urban environments called "Prototype HIS Sergipe". Through the description of the project, with an extensionist approach and implemented by Architecture and Urbanism students of UFS, we present its preliminary results and future outspreads on the theme of the management of urban environmental heritage.

Keywords: Urban environmental heritage. Architectural documentation. Cultural heritage inventory. Sergipe.

INTRODUÇÃO

Sergipe é estado reconhecido pela diversidade do seu patrimônio cultural. Desde os primeiros tombamentos de edificações em nível federal nos anos 1940, a valorização das diversas manifestações artísticas sergipanas foi processo longo e árduo, que requisitou o esforço de diversos estudiosos e agentes públicos no reconhecimento da autenticidade cultural de uma ampla gama de bens materiais e imateriais. Embora esse processo tenha consolidado a imagem do patrimônio cultural sergipano aos processos históricos do período colonial ou à resistência cultural de tradições nativas, as iniciativas de salvaguarda do chamado “patrimônio ambiental urbano”, nos meandros do território rural, ainda padecem de maior e mais amplo reconhecimento físico.

¹ Arquiteto e Urbanista pela Universidade de São Paulo, Mestre e Doutor em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe. pedromurilo@academico.ufs.br.

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe. agusmao@academico.ufs.br.

³ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe. mariaclarahaywanon@academico.ufs.br.

Embora sugerido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), práticas de gestão do patrimônio cultural material estão ausentes da maior parte dos planos diretores municipais em Sergipe. Como consequência, conjuntos edificados de pequenas e médias cidades, quando tomados enquanto “paisagem”, permanecem vulneráveis e praticamente desprotegidos (SANTOS e FREITAS, 2020).

Ainda, no Estado, o patrimônio arquitetônico oficialmente reconhecido frequentemente se restringe a edifícios religiosos católicos, vistos frequentemente pouco vinculados ao seu entorno imediato de igual valor histórico, permitindo processos de transformação inadequada ou exploratórias do espaço urbano. Esta situação expõe em Sergipe o quanto a arquitetura menor, aquelas "realizações mais modestas que tenham adquirido significação cultural" (ICOMOS, 1964), por vezes alteradas por modernizações ecléticas no início do século passado ou ainda autênticas manifestações da arquitetura popular, continuam tendo pouco impacto na configuração de políticas de preservação sergipanas.

O PROTÓTIPO *HIS* SERGIPE

A importância de se reconhecer o “patrimônio ambiental urbano” dentro das práticas de planejamento e gestão do território é amplamente reconhecida como alternativa às limitações das tradicionais ações de “tombamento” de bens culturais. Para Leonardo Castriota (2009, p. 87 et. seq.),

se podemos classificar a cidade como um “artefato” humano, como um bem tangível imóvel, é importante percebermos, no entanto, que (...) não há, de fato, que se pensar apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas é preciso, antes de mais nada, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações.

Para perceber o espaço urbano das pequenas e médias cidades sergipanas e qualificar seu patrimônio edificado, é preciso ampliar o registro dessas transformações. A documentação arquitetônica é estratégia reconhecidamente eficaz para a qualificação e difusão do patrimônio edificado, especialmente a estudantes de arquitetura (FREITAS, 2019). A ausência de bases cartográficas completas dos edifícios que compõem os espaços urbanos sergipanos limitam a atuação de políticas de salvaguarda integradas à ideia da cidade como “artefato”.

Por isso, com base nestas premissas, este trabalho apresenta a preparação de um sistema de documentação de edifícios, espaços e ambientes urbanos que compõem o patrimônio histórico sergipano denominado “*Protótipo HIS Sergipe*”. De caráter extensionista permanente, visa-se documentar em sistemas de informação georreferenciada digital do patrimônio arquitetônico (*Heritage Information System, HIS*) mapas integrais de todos os edifícios dos conjuntos urbanos centrais dos municípios sergipanos a partir de dados colocados à disposição pelo Observatório de Sergipe,

instituição pública com acervo disponível ao projeto. Utilizando a plataforma gratuita QGIS, visa-se colaborar com as prefeituras e comunidades locais para a ampliação do conhecimento sobre o patrimônio local a fim de fomentar futuras ferramentas de preservação, gestão e difusão e concentrar, a longo prazo, base acadêmica de estudos em várias instituições sobre o patrimônio edificado do Estado.

RESULTADOS PRELIMINARES

Idealizado como atividade de extensão para o oferecimento de atividades online aos discentes durante a pandemia de COVID-19, o projeto teve até o momento a participação de 9 alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo 6 bolsistas. A partir de discussões integradas a seminários temáticos, tem sido possível construir discussões técnicas que vinculam o trabalho produzido aos dilemas de referência sobre a atividade profissional de documentação e preservação de bens culturais. Até o momento foram produzidos 13 mapas de centros urbanos, ora selecionados a partir de sua importância paisagística e memorial. Busca-se ampliar o projeto para que todos os edifícios dos centros urbanos dos 75 municípios do Estado sejam documentados a fim de garantir práticas de reconhecimento físico futuro. Para tanto, um banco de dados está sendo estudado, conciliando recursos de difusão *web* associada a *plugins* de difusão de mapas georreferenciados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n 10.257 de 10 de Julho de 2001 (Estatuto da Cidade)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 14 set. 2021.

CASTRIOTA, L. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

FREITAS, P. M. G. *Documentação Arquitetônica em Centros Urbanos Históricos: Experiências de ensino de arquitetos e urbanistas em Laranjeiras/SE*. In: HBIM: ENCONTRO BRASILEIRO DE MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL, 2019, São Carlos. **Anais eletrônicos...** São Carlos: IAU-USP; Unicamp, 2019. p. 235-240.

ICOMOS. Carta de Veneza (1964). In: **IPHAN: Cartas Patrimoniais**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

SANTOS, P. M. M.; FREITAS, P. M. G. *Crise e Patrimônio de Pequenas Cidades: Documentação e perda em Maruim, Sergipe*. SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 4., Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2020.